



CTA – CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE

PROPOSTA DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2026

Por uma CTA Dinâmica, Inclusiva, Sustentável e Ética

Maputo, Dezembro de 2025

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONTEXTO MACROECONÓMICO	2
2.1 Impacto da Envolvente Macroeconómica nas Actividades da CTA	4
3. PLANO DE ACTIVIDADES 2026.....	5
3.1 Actividades Planificadas por Área Estratégica.....	6
3.1.1 Diálogo Público Privado.....	6
3.1.2 Desenvolvimento Associativo	8
3.1.3 Investigação e Análise Económica	10
3.1.4 Desenvolvimento e Apoio Empresarial	11
3.1.5 Desenvolvimento institucional	12
3.1.6 Relação de actividades a serem desenvolvidas pelo Gabinete Jurídico	14
4 ORÇAMENTO	16
4.1 Previsão de Receitas	16
4.1.1 Receitas Próprias.....	16
4.1.2 Apoio de Parceiros de Cooperação	17
4.2 Previsão da Despesa	17
4.2.1 Previsão da Despesa por Área Estratégica	17
4.2.2 Actividades com Maior Impacto Orçamental.....	18
5 CONCLUSÃO.....	20

Índice de figuras e tabelas

Gráfico 1. Evolução do volume de Importações 2022-Jan Set 2025	4
Tabela 1. Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação Global	2
Tabela 2. Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação	2
Tabela 3. Actividades de DPP	6
Tabela 4. Actividades de Desenvolvimento Associativo.....	8
Tabela 5. Actividades de Investigação e Análise Económica.....	10
Tabela 6. Actividades de Desenvolvimento e Apoio Empresarial.....	11
Tabela 7. Actividades de Gestão de Recursos Humanos	12
Tabela 8. Actividades de Administração e Finanças	13
Tabela 9. Previsão de Receitas Total (Meticais)	16
Tabela 10. Fonte de Receitas Próprias (Meticais).....	16
Tabela 11. Previsão de Receitas Provenientes de Parceiros de Cooperação (Meticais).....	17
Tabela 12. Previsão da Despesa por Área Estratégica (Meticais)	18

Lista de Abreviaturas

CASP	Conferência Anual do Sector Privado
CED	Conselhos Empresariais Distritais
CEN	Conselho Empresarial Nacional
CMAN	Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DEPs	Delegações Empresariais Provinciais
DPP	Diálogo Público Privado
FACIM	Feira Internacional de Maputo
FENA	Feira Económica da Província de Nampula
FEP	Fórum Empresarial Provincial
FER	Fórum Empresarial Regional
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAE	Gabinete de Apoio Empresarial
GIRBI	Grupo Interministerial para Remoção de Barreiras ao Investimento
MCNET	<i>Mozambique Community Network S.A. (Parte da Solução Janela Única Electrónica)</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAE	Pacote de Medidas de Aceleração Económica
PAMAN	Plano de Acção para Melhoria do Ambiente de Negócios
PAPE	Plano de Acção da Política de Emprego
PRECE	Plano de Recuperação e Crescimento Económico
UDARI	Unidade de Desenvolvimento do Associativismo e Relações institucionais
UIAE	Unidade de Investigação e Análise Económica
UPCR	Unidade de Promoção e Coordenação de Reformas

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia-Geral



Lucas Chachine
Presidente
(CCIMOSA)



Victor Miguel
Vice-Presidente
(AMOPÃO)

Conselho Directivo



Álvaro Massingue
Presidente
(CCM)



Onório Manuel
Vice-Presidente
(CCMUSA)



Meque Gimo
Vice-Presidente
(AECOPS)



Amâncio Gume
Vice-Presidente
(FEMATRO)



Mahomed Yunuss
Vice-Presidente
(AICAJU)

Conselho Fiscal



Aly Lalgy
Presidente
(ASTROCAMA)



Salmate Chuaibo
Vice-Presidente
(CDA)



Hugo Gomes
Vogal
(APIBA)

1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta a proposta do Plano de Actividades da Confederação das Associações Económicas de Moçambique – CTA para 2026.

A CTA é uma organização económica, não-governamental e apartidária, que representa os interesses do sector privado moçambicano no processo de diálogo com o Governo. A sua missão é contribuir para a criação de um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento sustentável do sector privado, promovendo um movimento associativo forte, participativo e socialmente responsável, capaz de influenciar reformas económicas e de impulsionar a competitividade e qualidade empresariais em Moçambique.

Esta proposta de plano de actividades está alinhada com os objectivos estratégicos definidos no manifesto eleitoral da lista vencedora nas eleições de abril de 2025. O foco permanece na consolidação do Diálogo Público-Privado (DPP), no reforço da capacidade de advocacia junto às instituições públicas e na promoção de políticas inclusivas que favoreçam um ambiente de negócios mais dinâmico e atrativo ao investimento nacional e estrangeiro.

O plano é elaborado num contexto económico particularmente desafiante. O país atravessa ainda os efeitos da recessão e da instabilidade registadas nos últimos anos, marcadas pela desaceleração económica global e regional, pela volatilidade dos mercados internacionais e pelo impacto prolongado da escassez de moeda estrangeira, cujos reflexos continuam a condicionar a actividade empresarial e a confiança dos investidores.

Apesar deste cenário, existem perspectivas moderadamente positivas de que 2026 apresente um desempenho económico superior ao de 2025, impulsionado pelo gradual restabelecimento da estabilidade macroeconómica, pela retoma progressiva do investimento e pela expectativa de avanços em sectores estratégicos.

As acções previstas no Plano para 2026 incluem iniciativas a nível da sede da CTA e das Delegações Empresariais Provinciais, abrangendo eventos de diálogo sectorial, actividades de capacitação empresarial, monitoria de reformas, e participação em fóruns nacionais e internacionais estratégicos para os interesses do sector privado.

Para 2026, a CTA coloca uma atenção especial no reforço da coesão interna, como um dos seus principais objectivos. Este esforço será materializado através de visitas regulares aos membros, visando fortalecer a proximidade, ouvir preocupações, recolher contribuições e consolidar a representatividade do movimento empresarial.

Com esta proposta, a CTA reafirma o seu compromisso com a construção de uma economia mais competitiva, resiliente e orientada para o crescimento inclusivo, ancorado na força do empreendedorismo nacional.

2. CONTEXTO MACROECONÓMICO

A nível externo, as projecções macroeconómicas (FMI, Outubro de 2025) indicam um cenário de recuperação e estabilidade na actividade económica global, após os choques dos anos anteriores. O crescimento económico mundial é projectado para se manter estável a médio prazo, impulsionado pela recuperação em economias avançadas. Especificamente, o crescimento para as Economias Desenvolvidas é esperado em torno de 1,8% em 2026, e para as Economias Emergentes e em Desenvolvimento é projectada uma expansão de cerca de 4,2% em 2026.

Tabela 1. Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação Global

	Taxa de Crescimento Económico				Taxa de Inflação Média Anual			
	2023	2024	2025	2026proj	2023	2024	2025	2026proj
FMI	3.3%	3,3%	3,2%	3,1%	6.7%	5.8%	4.2%	3,7%

Fonte: FMI, Outubro 2025

A dinâmica da actividade global é acompanhada por uma expectativa de desaceleração da inflação mundial, com a taxa de inflação a reduzir de 4,2% em 2025 para 3,7% em 2026. Além disso, o volume do comércio mundial apresenta sinais de recuperação moderada, com um crescimento médio anual projectado de 3,3% em 2025, tendência que se espera em 2026.

Contudo, persistem riscos significativos como é o caso da incerteza sobre a política comercial e as tensões geopolíticas globais, que influenciam a evolução dos preços das commodities e a actividade económica nos principais destinos das exportações moçambicanas.

A nível doméstico, as perspectivas macroeconómicas para 2026 apontam para um panorama de crescimento moderado, mas com pressões inflacionárias persistentes e desafios nas finanças públicas. A proposta do Plano Económico e Social e Orçamento 2026 prevê um crescimento económico de 2,8%, depois de 1,6% previsto em 2025.

Tabela 2. Perspectivas de Crescimento Económico e Taxa de Inflação

	Taxa de Crescimento Económico				Taxa de Inflação Média Anual			
	2023	2024	2025	2026proj	2023	2024	2025	2026proj
MF	5,0%	1,9%	1,6%	2,8%	7%	3,2%	7%	3,7%
FMI	3,4%	2,3%	-0,5%	2,1%	3,9%	2,8%	3,6%	5,6%

Fonte: MF, FMI

No que se refere aos preços, prevê-se a persistência da estabilidade do nível geral de preços, prevendo-se que continue em 1 dígito em 2026, a semelhança de 2025. Todavia, o Banco Mundial prevê que a inflação atinja 4,8% em 2025 e 5,2% em 2026, principalmente devido ao aumento dos preços dos alimentos locais. Ainda mesma esteira, a Oxford Economics prevê um aumento acentuado da inflação em 2026, motivado pela provável depreciação do Metical.

Espera-se que a projecção de crescimento seja impulsionada pela recuperação dos efeitos negativos de choques climáticos e das tensões pós eleitorais de finais de 2024 e princípios de 2025 e pela melhoria contínua nas cadeias de abastecimento globais.

A política do Governo para 2026, materializada no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), continuará a priorizar o investimento em Infraestruturas, Agricultura e Energia como eixos de transformação económica, a par da aceleração dos investimentos no contexto da materialização dos projectos de Oil & Gas, principalmente com o anuncio do levantamento da força maior nos projectos liderados pela Total Energies, e da Exxon, bem como a saída da lista cinzenta da GAFI, facto que poderá atrair novos investimentos para o país.

Para o Orçamento do Estado de 2026, o Governo mantém a aposta no reforço da credibilidade e transparência fiscal e no dinamismo da arrecadação de receitas.

Entretanto, prevê-se a continuidade de constrangimentos em termos de liquidez que a economia moçambicana ainda experimenta, mormente a reorientação dos fluxos de ajuda externa a nível internacional, a escassez de divisas no mercado, os altos níveis de endividamento interno e o espaço fiscal existente que ainda não permite uma despesa pública que possa induzir uma maior procura de bens e serviços.

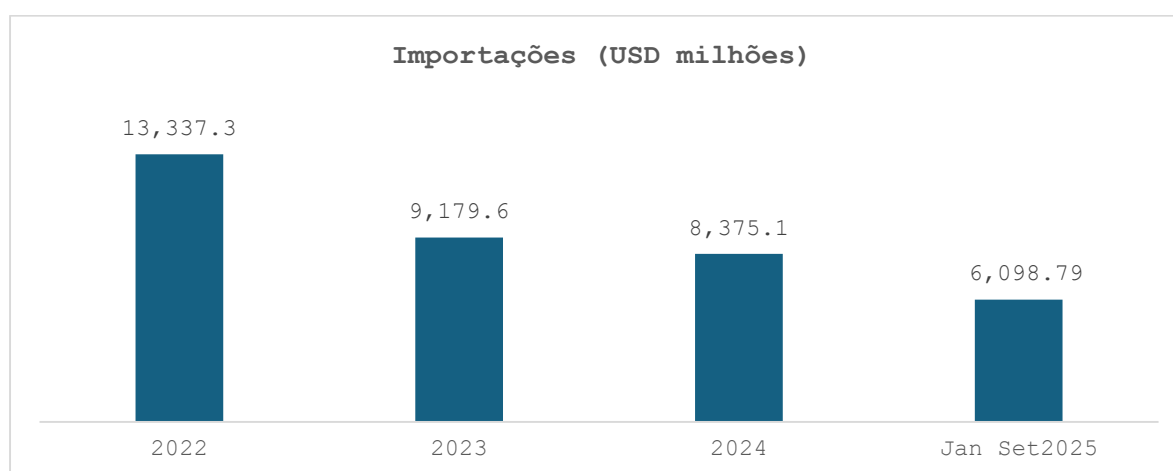
Igualmente, o país é vulnerável a alterações climáticas e a prevalência de focos de instabilidade na província de Cabo Delgado.

2.1 Impacto da Envolvente Macroeconómica nas Actividades da CTA

Espera-se que a envolvente macroeconómica de 2026 tenha impacto nas actividades da CTA através de uma das suas principais fontes de financiamento, nomeadamente, a MCNET. A MCNET gera recursos financeiros no acto das importações de mercadorias diversas no País.

Nos últimos anos, observa-se um decréscimo no volume de importações, sendo de destacar a redução em 31% observada entre 2023 e 2022, e 9% entre 2023 e 2024.

Gráfico 1. Evolução do volume de Importações 2022-Jan Set 2025



Fonte: Banco de Moçambique, www.bancomoc.mz;

Segundo dados do Banco de Moçambique, de Janeiro a Setembro de 2025, o país importou bens no valor de USD 6 mil milhões, cifra que denota uma tendência de melhoria face ao verificado em 2024.

Esta situação impacta a situação financeira da CTA, visto que as importações geram receita para a CTA através da sua participação na MCNET. Pelo que o incremento esperado das importações em 2025 e 2026 irá afectar positivamente, as receitas de dividendos da CTA.

3. PLANO DE ACTIVIDADES 2026

A elaboração do presente Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2026 tem como base o manifesto eleitoral do novo Conselho Directivo saído das eleições de Maio de 2025; as linhas mestras do Plano Estratégico em elaboração, a avaliação da execução das actividades planeadas para o ano de 2025, bem como as lições aprendidas e os desafios identificados de Maio a Dezembro de 2026.

Este plano tem como objectivo principal contribuir para a consolidação do papel da CTA como interlocutor privilegiado do sector privado no processo de formulação de políticas públicas, através da implementação de acções que visam a materialização dos seguintes objectivos estratégicos:

- **Reforçar o Diálogo Público-Privado**, promovendo uma participação activa e estruturada do sector privado nos processos de tomada de decisão governamental;
- **Apoiar e consolidar a existência de Organizações Empresariais inclusivas, proactivas e representativas**, capazes de defender os interesses dos seus membros de forma efectiva;
- **Promover e fortalecer parcerias institucionais** entre a CTA e outras entidades nacionais e internacionais, com vista à mobilização de recursos e partilha de boas práticas;
- **Estimular a produtividade e competitividade das empresas nacionais**, através de iniciativas que fomentem a inovação, acesso a mercados e melhoria do ambiente de negócios;
- **Desenvolver estudos temáticos e análises económicas** que informem e orientem o Diálogo Público-Privado, fornecendo à comunidade empresarial dados e informações estratégicas para a tomada de decisão;
- **Promover acções de capacitação institucional**, visando o fortalecimento das organizações empresariais e o reforço das competências técnicas e de gestão das empresas associadas.

A implementação destas acções durante o ano de 2026 será fundamental para sustentar os ganhos alcançados até aqui e preparar o sector privado para os desafios e oportunidades do novo ciclo estratégico da CTA.

Neste diapasão, olhando para as principais áreas de actuação da CTA, para o período retromencionado propõe-se a implementação das seguintes actividades

3.1 Actividades Planificadas por Área Estratégica

3.1.1 Diálogo Público Privado

Nesta área estratégica estão incluídas as actividades de gestão do diálogo público privado e de coordenação do processo do DPP com vista ao seu aprimoramento e obtenção de melhores resultados. Para 2026, prevê-se: (i) Elaborar e aprovar uma matriz de prioridades baseada na consulta nacional, (ii) Melhorar a fundamentação das propostas da CTA ao Governo; (vi) Mensurar o impacto das propostas; (vii) Participar na Comissão Consultiva do Trabalho. A tabela 3 sumariza as metas propostas para esta área estratégica.

Tabela 3. Actividades de DPP

Actividades	Indicador	Meta			
		I	II	III	IV
1. Participar na elaboração do novo PAMAN e fazer o acompanhamento da implementação do PRECE e outras reformas aprovadas pelo Governo	Nº de Encontros realizados	3	3	3	3
2. Participar activamente na discussão da proposta do instrumento legal que formaliza o Modelo DPP	Nº de Encontros realizados	1	3	1	
3. Participação activa na elaboração da segunda geração do PAPE	Nº de participações realizadas	2	2		
4. Monitorar a implementação da lei de conteúdo local e do funcionamento do Bureau de Conteúdo Local	Nº de Encontros realizados	2	2	2	2
5. Realizar a XXI CASP	Nº de conferências realizadas			1	
6. Realizar os CMANs	Nº de CMANs realizados		1	1	
7. Participar nos encontros do GIRBI	Nº de GIRBI realizados	1	1	1	1
8. Realizar Fóruns Empresariais Provinciais (FEP)	Nº de FEPs realizados		1	2	2
9. Coordenar a realização dos Seminários Nacionais dos CEP's	Nº de Seminários realizados	1			
10. Realizar a II edição da Conferência do Pelouro de Agronegócio	Nº de conferências realizadas				1
11. Produzir <i>Position Paper</i> para Apoiar o Processo de Negociação do Salário Mínimo	Nº de sectores com o Salário Mínimo Fixado	1			

12. Produzir Paper <i>Position</i> para Fundamentar a reformulação dos subsectores do Salário Mínimo	Nº de sectores reformulados	1			
13. Coordenar a participação nas negociações do salário mínimo	Nº de participações dos sectores nos processos negociais		8		
14. Produzir o Índice de Fazer negócios (1ª Edição)	Nº de Estudos realizados			1	
15. Realizar a 1ª edição do Observatório do ambiente de negócios	Nº de sessões realizadas			1	
16. Workshops de Auscultações, Reflexões e Debates Públicos (Norte, Centro e Sul)	Nº de Eventos	1	1	1	1
17. Realizar reuniões sectoriais dos pelouros, incluindo reuniões de concertação dos pelouros e encontros com a contraparte do Governo	Nº de reuniões Pelouros	30	30	30	30
18. Produção de estudos, reflexões e <i>position paper</i> com o fito de produzir Pareceres e colecta de contribuições para suportar posição do sector privado	Nº de estudos, reflexões e <i>paper position</i>	1	1	3	1
19. Organizar o Diálogo de Alto Nível sobre o Emprego	Nº de reuniões realizadas			1	

Um dos marcos das acções para 2026 apresenta uma agenda estratégica voltada para o fortalecimento institucional e a promoção do diálogo entre o sector privado e o Governo. Entre as diversas actividades previstas, destacam-se encontros de acompanhamento de reformas, produção de estudos e position papers, bem como a realização de fóruns empresariais e seminários nacionais. O documento evidencia o compromisso da CTA em participar activamente na formulação de políticas públicas, na monitoria de leis relevantes como a de conteúdo local, e na dinamização de espaços de concertação que reforçam a voz do sector privado.

Dentro desta programação, sobressaem dois marcos de grande relevância: a realização da XXI Conferência Anual do Sector Privado (CASP), prevista para o terceiro trimestre, e a organização dos CMANs, que se distribuem ao longo do ano. A XXI CASP constitui um momento de convergência nacional, onde se debatem os principais desafios e oportunidades para o ambiente de negócios em Moçambique, enquanto os CMANs reforçam a articulação regional e sectorial, garantindo que as prioridades locais sejam integradas na agenda nacional. Estes eventos consolidam a posição da CTA como plataforma de diálogo e motor de propostas concretas para o desenvolvimento económico inclusivo.

Adicionalmente, prevê-se realizar Fóruns Empresariais Provinciais nas províncias de Nampula, Manica, Niassa, Inhambane e Maputo província, bem como assegurar apoio na preparação e participação na segunda Edição da FENA - Feira Económica da Província de Nampula.

3.1.2 Desenvolvimento Associativo

Nesta área estratégica serão desenvolvidas actividades conducentes a: (i) a promover a federalização de alguns sectores; (ii) promoção do desenvolvimento associativo; (iii) capacitação das associações empresariais e (iv) realização de duas das assembleias gerais ordinárias. A tabela abaixo discrimina as metas para as quais a CTA se propõe a alcançar no que se refere ao desenvolvimento associativo.

Tabela 4. Actividades de Desenvolvimento Associativo

Actividades	Indicador	Metas			
		I	II	III	IV
1. Realizar visita aos associados e aos membros do CEN e avaliação do seu grau de satisfação	N.º de visitas realizadas aos associados	15	15	15	15
	N.º de vistas realizadas ao CEN	10	10	10	10
2. Identificar e angariar novos membros	N.º de novas associações angariados	2	2	2	2
	N.º de novos membros CEN	2	2	2	2
3. Organizar um Business Breakfast com CEN	N.º de breakfast realizados		1		1
4. Preparar e realizar a Assembleia-Geral	N.º de Assembleia-Geral realizadas	1			1
5. Realizar um Brinde de Fim de Ano	N.º de brindes realizadas				1
6. Organizar missões e intercâmbios empresariais internas e externas	N.º de intercâmbios e missões realizadas	1	2	4	1
7. Prestar assistência técnica aos membros	N.º de membros assistidos	10	10	10	10
8. Produção e circulação pelos membros de Newsletter e outras informações	N.º de tiragens	6	6	6	6
9. Receber, rever e fazer a circulação da informação em tempo útil	N.º de informações revistas	Permanente			
10. Actualizar regularmente o Website e produzir o relatório analítico nas plataformas de comunicação (Facebook, linkdlin, instagram e X)	Não aplicável	Permanente			
11. Operacionalizar as parcerias existentes	N.º de parcerias	Permanente			

	operacionalizadas				
12. Elaborar a Estratégia de Comunicação e Imagem Institucional	Elaborada a estratégia				1
13. Compilar e divulgar oportunidades de negócio e eventos	N.º de oportunidades divulgadas	Permanente			
14. Realizar programas da TV e Rádio	N.º de programas realizados	Permanente			
15. Realizar a publicação de Comunicados na Imprensa	N.º de comunicados realizados	Permanente			
16. Briefing com Editores dos Órgãos de Comunicação Social	N.º de briefings organizados		1		
17. Organizações de feiras regionais e nacional de negócios (FENA, FACIM, CASP e FIKANI)	N.º de feiras realizadas		1	2	1
18. Resumo e divulgação de legislação	N.º de legislação publicada	Permanente			
19. Desenvolver parcerias estratégicas e <i>networking</i>	N.º de parcerias desenvolvidas	1	1	1	1
20. Avaliar a efectividade das parcerias e desenvolver a respectiva política (ex. memorandos de entendimento)	N.º de memorandos efectivados		1	1	1
21. Actualizar a Base de dados dos Membros e do CEN	N.º de actualizações	Permanente			
22. Apoiar todas as unidades na organização de eventos	N.º de eventos organizados	Permanente			

Conforme a tabela elucida, a coesão institucional e associativa constitui um dos principais objectivos estratégicos para 2026. Neste sentido, a CTA pretende reforçar a proximidade com os seus membros, promovendo uma actuação mais alinhada, participativa e representativa em todo o território nacional. Para tal, está previsto um programa estruturado de visitas regulares aos membros, abrangendo associações empresariais, empresas e delegações provinciais, com o propósito de ouvir preocupações, identificar desafios concretos, recolher contributos para a advocacia e fortalecer a unidade do movimento empresarial.

Importa referir que em relação as missões empresariais terão como foco o agronegócio. Neste sentido, prevêem-se entre outros, as missões ao Brasil, Vietname, Alemanha, Marrocos e Quénia.

A nível interno, prevê-se realizar fóruns de negócios com Portugal, Turquia, França e Etiópia.

3.1.3 Investigação e Análise Económica

A UIAE tem como missão, produzir conhecimento económico estratégico que sustente a advocacia empresarial, fortaleça a formulação de políticas públicas e oriente o posicionamento da CTA como parceiro de desenvolvimento.

Em termos do âmbito de actuação, a UIAE é um núcleo técnico de produção e sistematização do conhecimento económico, com responsabilidade de assessorar a liderança da CTA, apoiar a intervenção do sector privado no debate de políticas públicas e promover o diálogo estruturado com os parceiros institucionais e o Governo.

Nestes termos, em 2026, propõe-se o seguinte plano de actividades a serem desenvolvidas conforme a tabela abaixo:

Tabela 5. Actividades de Investigação e Análise Económica

Actividades	Indicadores	Metas			
		I	II	III	IV
1. Organizar Workshops de Reflexão	N.º de Workshops realizados		1	1	1
2. Elaborar a reflexão que orienta o processo de negociação do salário mínimo por parte dos empregadores	N.º de reflexões realizadas	1	8		
3. Elaborar Position Papers sobre assuntos específicos da actualidade	N.º de Position Papers elaborados	1		1	2
4. Apoio técnico na elaboração da nota conceptual e realização da Conferência Anual do Sector Privado	N.º de conferências realizadas		1		
5. Avaliação de reformas	N.º de Reformas avaliadas			3	3
6. Elaboração dos relatórios de robustez empresarial	N.º de estudos publicados	1	1	1	1
7. Realizar os Economic Briefings	N.º de eventos realizados		1		1
8. Elaborar o relatório e contas 2025	N.º de relatórios elaborados	1			
9. Elaborar o relatório de monitoria do grau de execução do plano	N.º de relatórios elaborados	1	1	1	1
10. Elaborar a proposta de plano de actividades 2027	N.º de planos elaborados				1

3.1.4 Desenvolvimento e Apoio Empresarial

No que tange ao desenvolvimento e apoio empresarial, em 2026, prevê-se realizar actividades de promoção e apoio as empresas para desenvolvimento de negócios sustentáveis.

De forma específica, a tabela abaixo mostra de forma detalhada as actividades a serem desenvolvidas:

Tabela 6. Actividades de Desenvolvimento e Apoio Empresarial

Actividades	Indicadores	Metas			
		I	II	III	IV
1. Divulgar o Estudo sobre Conteúdo Local na Despesa Pública como Incentivo a Industrialização	Nº de sessões realizados	1	1	1	1
2. Implementar o projecto+ Emprego 2026	Grau de implementação			1	
3. Prosseguir com o programa de certificação	No de empresas certificadas			8	
4. Organizar sessões de market place e salas de negócios	No de sessões de market place e salas de negócios	1		1	
5. Identificar e divulgar linhas alternativas de financiamento	Numero de linhas identificadas	1		1	
6. Realizar a primeira edição do startup investment fórum	No de edições realizadas			1	
7. Prestar assistência as empresas no desenvolvimento de negócios	No de empresas assistidas		25		25
8. Promover Business cocktails B2B	No de Business cocktails		1		1
9. Garantir a participação da CTA na FACIM 2025	No de eventos participados			1	
10. Implementar o ciclo de capacitações empresariais	No de capacitações realizadas		1		
11. Apoiar a realização de missões empresariais	No de missões realizadas		1		
12. Desenvolver a tabela de taxas para os serviços prestados pelo GAE	N.º de tabela de taxas	1			

Igualmente, será levado a cabo o Programa de Certificação Especializada para Empresas Jovens e Femininas, que consistirá em prover apoio a empresas lideradas por jovens e mulheres na obtenção de certificações reconhecidas (qualidade, compliance, ambiente, segurança e sectoriais), fortalecendo a credibilidade, competitividade e a capacidade de integrar cadeias de valor nacionais e internacionais.

O Bureau de Conteúdo Local da CTA irá concentrar-se num conjunto de áreas práticas de actuação que ligam investidores, governo, parceiros de desenvolvimento, empresas e comunidades em torno de objectivos claros de Conteúdo Local. Neste âmbito será dado foco para promover a entrada e permanência das PME's em cadeias de fornecimento associadas a grandes investimentos. Inclui apoio a serviços de desenvolvimento empresarial, mentoria, incubação e orientação para acesso a financiamento, bem como aconselhamento prático sobre normas, contractos e preços.

No que diz respeito a Gestão Sustentável do Financiamento Empresarial, o foco será em garantir acesso ao financiamento e capacitação em auditoria, compliance e literacia financeira. Esta actividade assegura que as empresas desenvolvam práticas de gestão sustentáveis, permitindo que utilizem de forma eficaz e responsável os recursos recebidos, garantindo continuidade operacional e crescimento de longo prazo.

3.1.5 Desenvolvimento institucional

3.1.5.1 Gestão de Recursos Humanos

A nível da gestão de recursos humanos, em 2026, prevê-se implementar actividades que permitirão consolidar os mecanismos de gestão de pessoas e garantir maior eficiência organizacional.

De forma especifica, a tabela abaixo mostra de forma detalhada as actividades a serem desenvolvidas:

Tabela 7. Actividades de Gestão de Recursos Humanos

Actividades	Indicadores	Metas	Metas			
			I	II	III	IV
Implementar e monitorar o Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD)	Avaliação implementada e aplicada	100% dos colaboradores avaliados até Novembro		1		1
Actualizar a base de dados de RH (físico, PHC e processos individuais)	Base de dados actualizada	Actualização concluída até Novembro	3	3	3	3
Assegurar o processamento e pagamento de salários	Processamento salarial regular	12 meses cumpridos	3	3	3	3

Assegurar o controlo da assiduidade de todas as Unidades e CEPs	Controlo de assiduidade assegurado	Reduzido absentismo e aumentado a produtividade.	Permanente			
Executar o Plano de Reestruturação, redefinindo responsabilidades e tarefas dos colaboradores	Plano elaborado	Estrutura funcional otimizada e alinhada aos objectivos estratégicos		1		

3.1.5.2 Administração e Finanças

No que tange ao desenvolvimento institucional, em 2026, serão realizadas actividades centradas no reforço da capacidade interna de gestão administrativa e financeira, com vista à melhoria contínua da transparência, eficiência e qualidade na prestação de contas e apoio à gestão estratégica da organização. A tabela abaixo apresenta de forma detalhada as actividades a serem desenvolvidas pela Unidade de Administração e Finanças:

Tabela 8. Actividades de Administração e Finanças

Actividades	Indicadores	Metas	Metas			
			I	II	III	IV
Mobilização de recursos para implementação de um programa de apoio a capacitação institucional	N.º de recursos mobilizados	> 3 milhões Mt	1	1		
Assegurar a disponibilidade da informação financeira mensal	Balancetes e controlo orçamental	Até dia 10 de cada mês	3	3	3	3
Garantir os recursos financeiros para a implementação do Plano	Receita/custo dentro do orçamento	>118,4 milhões MT	Permanente			
Realizar auditoria externa às contas da CTA	Relatório de auditoria aprovado	Contas N-1 aprovadas em AG	1			
Garantir a logística de eventos/viagens	Logística organizada previamente	100% garantido, até 7 dias antes	Permanente			
Registar e actualizar movimentos contabilísticos	Sistema contabilístico actualizado	100% de actualização contínua	Permanente			
Registar e acompanhar dívidas de fornecedores	Registos contabilísticos de dívida	100% registado	Permanente			

Elaborar reconciliações bancárias mensais e contas de adiantamentos	Relatórios de reconciliação e justificativos	Até dia 10 / Justificação em 48h	3	3	3	3
Monitorar e assegurar o pagamento dos CEPs	Relatórios mensais dos CEPs	Até 10 relatórios/mês	3	3	3	3
Assegurar backup dos dados institucionais	Relatórios de backup	100%	3	3	3	3
Actualizar licenças de software e pacotes em uso	Licenças operacionais	100%	1	1	1	1
Garantir gestão de e-mails e serviços de TI	Serviços operacionais	100%	3	3	3	3
Assegurar suporte técnico (helpdesk) aos utilizadores	Solicitações resolvidas	100%	3	3	3	3
Garantir o cumprimento do pagamento das obrigações com terceiros	Pagamento cumprido	100%	Permanente			

3.1.6 Relação de actividades a serem desenvolvidas pelo Gabinete Jurídico

Em 2026, o Gabinete Jurídico da CTA concentrará as suas acções na consolidação da segurança jurídica institucional e no apoio normativo aos processos estratégicos da Confederação.

As actividades a desenvolver enquadram-se nas seguintes linhas de intervenção:

- Revisão Normativa Institucional
- Será realizado um levantamento dos pontos que carecem de revisão nos Estatutos e no Regulamento Eleitoral da CTA, com o objectivo de actualizar e adequar os instrumentos à realidade actual da Confederação, reforçando a sua governança interna.
- Esta actividade deverá ser concluída até Novembro de 2026, com a apresentação de uma proposta fundamentada ao Conselho Directivo.

Elaboração de Pareceres Jurídicos Diversos

- No decurso de cada semestre, o Gabinete Jurídico continuará a elaborar pareceres jurídicos sob demanda sobre:
 - Contractos e instrumentos contratuais diversos;
 - Memorandos de Entendimento (MoUs);
 - Pedidos de adesão de novas associações à CTA e ao CEN.
- Suporte jurídico legal às demais unidades orgânicas e à Direcção Executiva e Conselho Directivo
- O objectivo é garantir a segurança jurídica e o cumprimento dos normativos aplicáveis.

Elaboração e Apoio na Elaboração de Instrumentos Normativos

- O Gabinete Jurídico irá coordenar a elaboração de instrumentos normativos internos, nomeadamente:
- Regulamento Interno da CTA;
- Regulamento do CEN;
- Regulamento dos Pelouros;
- Código de Conduta e Ética.

A implementação destas actividades está dependente da orientação do Conselho Directivo.

Apoio Jurídico às Assembleias Gerais

- O Gabinete Jurídico assegurará, igualmente, o apoio à preparação e realização das Assembleias Gerais da CTA, incluindo a análise da conformidade dos documentos preparatórios (convocatórias, ordens de trabalhos e outros), bem como o acompanhamento jurídico durante a realização das sessões, garantindo que os actos deliberativos estejam alinhados com os Estatutos e a legislação aplicável.

Apoio Transversal às Unidades Internas da CTA

- Para além das actividades específicas, o Gabinete Jurídico manterá um serviço contínuo de assessoria jurídica às diferentes unidades, pelas quais e pela direcção da CTA, contribuindo para a legalidade e regularidade de todas as acções institucionais.

4 ORÇAMENTO

O orçamento global para 2026 está estimado em 118,4 milhões de Meticais.

4.1 Previsão de Receitas

Para 2026 está previsto um montante de 118,4 Milhões de Mt de encaixe em receitas, dos quais 58% são Receitas Próprias e 42% são referentes ao Apoio dos Parceiros de Cooperação. A tabela abaixo ilustra a distribuição dos valores por fonte de recursos.

Tabela 9. Previsão de Receitas Total (Meticais)

Fonte de Recursos	Valor (MT)	Peso
Receitas Próprias	68,230,167.4	58%
Apoio de Parceiros de Cooperação	50,241,252.0	42%
Total	118,471,419.4	100%

Esta repartição de receitas reflecte o esforço interno que se pretende levar a cabo para assegurar a materialização dos propósitos da Confederação, num contexto em que há mudanças a nível internacional no modelo de financiamento de acções ligadas a organizações da sociedade civil.

4.1.1 Receitas Próprias

Para o ano de 2026, espera-se um volume de receitas próprias na ordem de 68,23 milhões de Mt, ou seja, 58% do total das receitas, discriminado conforme é ilustrado na tabela 10.

Tabela 10. Fonte de Receitas Próprias (Meticais)

Receitas Próprias	Valor (MT)	Peso
Quotas dos Membros	18,096,000.0	26.5%
Rendas e Dividendos	48,434,167.4	71.0%
GAE	200,000.0	0.3%
Missões empresariais	1,500,000.0	2.2%
Total	68,230,167.4	100%

Esta previsão é fundamentada por uma maior contribuição das quotas provenientes dos membros, principalmente na componente das empresas do CEN, e uma recuperação dos dividendos face a um maior dinamismo que se espera da economia nacional em 2026.

4.1.2 Apoio de Parceiros de Cooperação

O apoio dos Parceiros de Cooperação representa 42% do plano de receitas para 2026. Esta previsão é resultado da:

- (i) A rubrica dos patrocínios é influenciada pela previsão dos patrocínios para a XXI CASP. Para o efeito será assegurado um maior engajamento junto de parceiros para realização das principais actividades do diálogo público privado, mormente a XXI CASP e os CMAN, bem como dos Fóruns Empresariais Provinciais.
- (ii) A retoma do projecto Mais Emprego, com foco para as províncias de Cabo Delgado e Nampula; e
- (iii) GAIN – referente à mobilização e apoio ao sector privado para aumentar a participação, contribuição e empenho na melhoria da nutrição e do acesso da população moçambicana a alimentos nutritivos e seguros (incluindo alimentos fortificados e de origem animal), a criação de um mercado dinâmico e competitivo, bem como um sector empresarial que contribua para o bem-estar económico e social dos moçambicanos.

Tabela 11. Previsão de Receitas Provenientes de Parceiros de Cooperação (Meticais)

Apoio dos Parceiros de Cooperação	Valor (MT)	Peso
Patrocínios	30,640,852.0	61%
Mais Emprego	18,335,000.0	36%
GAIN	1,265,400.0	3%
Total	50,241,252.0	100%

4.2 Previsão da Despesa

4.2.1 Previsão da Despesa por Área Estratégica

A previsão de despesas para 2026 totaliza 118.471.419,35 Meticais a serem aplicados em 4 eixos estratégicos conforme a tabela 12.

Tabela 12. Previsão da Despesa por Área Estratégica (Meticais)

Rubricas	Valor (MT)	Peso
1. Diálogo Público Privado	30,040,852.00	25%
2. Desenvolvimento Associativo	8,232,007.58	7%
3. Relações Institucionais e Cooperação	3,000,000.00	3%
4. Investigação e Análise Económica	600,000.00	1%
5. Desenvolvimento e Apoio Empresarial	19,800,400.00	17%
6. Desenvolvimento e Capacitação Institucional	51,156,663.61	43%
Sub total	112,829,923.19	95%
Contingência - 5%	5,641,496.16	5%
TOTAL	118,471,419.35	100%

Em termos de alocação do orçamento, a área de Desenvolvimento e Capacitação Institucional absorve maior porção do envelope de recursos, com uma alocação de 51,1 milhões de Mt, o equivalente a 43,0% da despesa total. Importa salientar que, para além dos gastos com o pessoal, esta rubrica abrange igualmente, os encargos relacionados com a amortização da dívida da CTA junto de terceiros.

Entre as demais rubricas estratégicas, destaca-se a dedicada ao Diálogo Público-Privado com uma despesa prevista de 30,00 milhões de Mt, equivalente a 25,0% do orçamento. Segue-se a área de Desenvolvimento e ao Apoio Empresarial cuja despesa estimada é de 19,8 milhões de Mt, representando 17,0% do total.

As restantes áreas irão absorver cerca de 17,5 milhões de Mt, o que representa um peso de 15,0% do orçamento global.

4.2.2 Actividades com Maior Impacto Orçamental

Do orçamento global importa destacar as actividades com maior impacto orçamental, conforme a tabela 13.

Tabela 13: Despesa Prevista das Actividades com Maior Impacto Orçamental (Meticais)

ACTIVIDADES COM MAIOR IMPACTO ORÇAMENTAL	VALORES EM 10 ⁶ MT
Implementar o Projecto Mais emprego	18
Realizar a XXI CASP	27
Actividades de Funcionamento CTA	35,7
Realização de Conferências+Economic Briefing	4
Total	84,7
Gasto Total	118
Peso	72%

As despesas de maior impacto orçamental totalizam cerca de 84,7 milhões de Mt, o que corresponde a 72% do orçamento global. Deste montante, aproximadamente 18 milhões de Mt estão destinados à implementação do Projecto Mais Emprego nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, em parceria com o Instituto Camões.

Adicionalmente, cerca de 27,4 milhões de Mt serão aplicados na realização da XXI CASP, prevista para ocorrer no início do segundo Semestre de 2026.

5 CONCLUSÃO

A presente proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 2026 constitui um roteiro operacional claro, coerente e alinhado com os eixos estratégicos consagrados no manifesto eleitoral da lista vencedora de Abril de 2025. O documento reflecte o compromisso firme da CTA de reforçar a sua liderança do sector privado nacional, promovendo a melhoria contínua do ambiente de negócios, o reforço da competitividade e resiliência do tecido empresarial e a dinamização do crescimento económico.

No ano de 2026, a CTA concentrará os seus esforços nos seguintes eixos de actuação:

- Consolidação de um Diálogo Público-Privado mais efectivo e orientado a resultados, através de uma participação estruturada na formulação e monitoria de políticas públicas, da produção de estudos fundamentados e da organização de espaços de concertação de alto nível, como a XXI Conferência Anual do Sector Privado.
- Fortalecimento da coesão e representatividade interna, mediante um programa intensivo de visitas e auscultação aos membros, reforço das associações empresariais e dinamização dos órgãos sociais, garantindo que a voz do empresariado nacional seja unificada e influente.
- Apoio directo ao desenvolvimento sustentável das empresas, com foco em capacitação, acesso a financiamento, inovação e inserção em cadeias de valor, dando especial atenção aos jovens, mulheres e PMEs.
- Promoção de ligações empresariais e internacionalização, através da organização de missões, feiras e plataformas de networking que ampliem mercados e atraiam investimento; e
- Reforço contínuo da capacidade institucional, investindo na modernização dos processos, na gestão eficiente de recursos e no desenvolvimento das competências das equipas, para assegurar uma organização ágil, transparente e financeiramente sustentável.

A execução deste plano, no contexto das expectativas de recuperação económica moderada para 2026, será crucial para consolidar os ganhos alcançados e posicionar a CTA como o interlocutor indispensável entre o sector privado e o Governo. A Confederação reafirma assim o seu papel de liderança na defesa de um sector privado dinâmico, inclusivo e ético, capaz de impulsionar o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

Anexo 1 .Principais Actividades a serem desenvolvidas pelas Delegações Empresariais Provinciais

Actividade Planificada	Acções	Indicador	Meta
Dialogo Público-privado	Elaboração da Matriz do DPP	Elaborada a Matriz do DPP	10
	Reuniões dos Grupos sectoriais de Trabalho	Numero de reuniões	50
	Fórum Empresarial Provincial(FEP)	Numero de fóruns realizados	10
	Realização reuniões dos membros dos pelouros	Numero de reuniões	50
	Realizacao de Reuniões Regulares do CEP	Numero de reuniões	70
Desenvolvimento Associativo	Assistência e apoio aos membros	Numero de membros apoiados	40
	Acções de capacitações aos membros e CEDs	Números de capacitações	20
	Assistência aos CEDs visitas de Trabalho	Numero de assistências	22
Actualização e Alargar a Base de Dados	Mapear as PMES\Potencialidades	PMES Mapeados	50
	Apoio na Legalização das PMES/ parceiros - GIZ, ADEM, ADVZ	Numero de PMES Legalizadas	20
	Actualização da Base de Dados dos CEP e CEDs	Base de dados actualizados	10
Divulgações	Linhas de Financiamentos de Parceiro (ADVZ)	Numero de Linhas divulgada	1
	Fundo Catalítico para Inovação	Divulgados o papel dos pelouros	1

Por uma CTA Dinâmica, Inclusiva, Sustentável e Ética!